



O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL - PORTUGAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

*Fernando de Sousa**

*Marília Sardenberg Gonçalves**

Introdução

Sob o ponto de vista das Relações Internacionais, a passagem do século XX para o século XXI caracterizou-se por três grandes rupturas:

- Uma ruptura de ordem política, com o fim da bipolarização e o afundamento dos sistemas comunistas europeus;
- Uma ruptura de ordem económica, com a internacionalização do comércio, da produção industrial, a liberalização e expansão das transacções financeiras e a expansão das empresas transnacionais, responsáveis pela maior parte do capital de investimento e da tecnologia;
- Uma ruptura de ordem tecnológica, com o prodigioso desenvolvimento das tecnologias da comunicação, que praticamente suprimiram os constrangimentos da relação espaço - tempo (Chagnollaud).

Na última década, as economias tornaram-se em toda a parte interdependentes, dando origem a novas formas de relações entre a Economia, o Estado e a Sociedade, num sistema complexo de geometria variável e de difícil percepção.

* *Professor Catedrático da Universidade Lusíada do Porto*

* *Embaixadora do Brasil na Tunísia*



O aumento do volume do comércio internacional, a integração dos mercados financeiros, a internacionalização das empresas contribuíram para o aparecimento de uma nova época, qualitativa e quantitativamente diferente, assente num mercado global único.

A extinção da União Soviética e com ela o desmoronamento do comunismo internacional atenuou a contestação histórica do capitalismo, pôs fim à Guerra Fria, diminuiu os riscos de um holocausto nuclear, transformou radicalmente a geopolítica mundial, mas deu origem a novas formas de violência dispersa, ao terrorismo internacional, que culminou no ataque de 11 de Setembro de 2001, à cidade de Nova Iorque e noutros atentados que até hoje têm sido praticados nas mais diversas partes do Mundo.

O capitalismo conheceu uma reestruturação total, caracterizada por uma gestão mais flexível; por um domínio crescente do capital sobre o trabalho, a gerar um intenso declínio do movimento operário, a individualização e diversificação crescente das relações de trabalho e a integração maciça das mulheres no estatuto de assalariadas, em condições geralmente discriminatórias; pelo desmantelamento do Estado-Providência e pela aceleração da concorrência económica mundial, enquanto se diversificam cada vez mais as áreas geográficas e culturais em que se acumula e gere o capital.

O mundo, nas últimas décadas, tornou-se multipolar. Mas, com a implosão do império soviético, os três clássicos pólos, americano, japonês e europeu, pareceram evoluir rapidamente para a construção de um só pólo dominante.

As três economias-mundo deram origem a uma só economia mundial, liderada por um só protagonista?

Neste processo de mundialização, que se traduz não apenas por uma maior abertura das economias às trocas internacionais, como também, mais profundamente, pela interpenetração dos sistemas produtivos, quem beneficia em primeiro lugar?



A globalização que hoje constitui uma realidade/fatalidade, não é a globalização orientada pelos Estados Unidos da América, a grande vencedora da Guerra Fria?

Primeira potência económica, os Estados Unidos são também, incontestavelmente, a primeira potência militar, a única superpotência capaz de se projectar por todo o planeta com uma superioridade industrial, tecnológica e operacional esmagadora. Quem, senão ela, e só ela, poderia ter intervindo no Afeganistão em 2001, para terminar com o Estado terrorista dos talibans e no Iraque em 2003, para acabar com um programa nuclear e de armas de destruição maciça ... que, afinal, não existia?

Será possível contrariar esta realidade, atenuar o peso hegemónico de uma só potência, afirmar outros pólos dominantes, enfim, regular a globalização? A frustrante experiência americana no Médio Oriente e o espectacular crescimento económico da China parecem apontar para a multipolaridade do sistema internacional. Mas é ainda cedo para se por em causa a hegemonia americana. Há muito pouco que os Estados Unidos possam fazer sózinhos. Mas nada no mundo pode ser feito sem os Estados Unidos (Dominique Moïsi).

Não importa discutir se a globalização/mundialização é um fenómeno novo ou velho. O que importa sublinhar é que a desigualdade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas duas últimas décadas, com mais de 1,2 biliões de pessoas (1/5 da população mundial) a viver na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 biliões a viverem apenas com o dobro desse rendimento. Grande parte da população mundial não conhece a electricidade; mais de mil milhões de pessoas não tem acesso à água potável; e dois mil e quinhentos milhões de seres humanos continuam sem saneamento básico.

A concentração da riqueza proporcionada por uma globalização neoliberal atinge proporções escandalosas. Segundo dados do Federal Reserve Bank, 1% das famílias norte-



americanas detêm mais de 40% da riqueza do país. O Brasil é outro exemplo de concentração da riqueza, com uma minoria a registar, em seu proveito, o essencial da riqueza do País, e mais de 52 milhões de brasileiros, a viverem abaixo do limiar da pobreza, a registarem menos de 70 euros de salário mensal. Em Portugal também verificamos que o desnível entre pobres e ricos não pára de aumentar.

É no âmbito deste quadro sombrio das desigualdades provocada pela globalização, que importa analisar as relações de Portugal com o Brasil.

Com efeito, mais do que discutir a História comum, que ninguém pode alterar, entendemos, sim, preocupar-nos com o presente e com o futuro das relações entre Portugal e o Brasil, de forma a conhecermos melhor os dois países e a partir desse conhecimento, contribuirmos para um relacionamento mais estreito e mais profundo entre as duas nações, no quadro mais amplo da Europa e da América Latina, respectivamente.

É que as imagens recíprocas de cada país, assentes em frases feitas ou princípios estereotipados, são ainda relativamente desfocadas, não nos permitindo ver com nitidez e profundidade os dois espaços atlânticos, o que é compreensível, devido ao relacionamento formal que caracterizou, nas últimas décadas, as relações entre o Brasil e Portugal, situação essa que só nos últimos anos foi alterada, a bem dos dois povos.

Sendo assim, importa perguntar: o que são os dois países ao presente? De que forma é que Portugal e o Brasil têm contribuído para reforçar as relações entre a União Europeia e o MERCOSUL? Que papel está reservado aos dois países, no âmbito do aprofundamento das relações Europa - América Latina?

Que agenda comum pode ser cumprida por ambos no âmbito da globalização?



1. Portugal

Portugal, ao presente, com 10 400 000 habitantes, está entre os países do Mundo considerados ricos, com um produto nacional bruto que se aproxima dos 140 mil milhões de euros, ocupando Portugal, o 48.º lugar no *ranking mundial*. No que diz respeito ao produto nacional bruto por habitante, de 14 657 euros, encontramos-nos também entre os países considerados ricos, isto é, entre os 64 países mais ricos do Mundo que registam um valor superior a 13 300 euros por pessoa.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas encontramos-nos entre os países de desenvolvimento humano elevado, onde ocupamos o 27º lugar - embora estejamos na cauda da União Europeia -, e a esperança de vida à nascença é de 82 anos.

A inflação regista valores baixos, da ordem dos 2,8% e o índice do desemprego, de 7,5%, não é, apesar de tudo, dos mais elevados da Europa. E, no *ranking* da competitividade, temos oscilado entre o 36.º e o 43.º lugar.

Somos, assim, um país de dimensão reduzida, segundo estes indicadores, um país que dispõe de uma economia relativamente forte, um país rico até à escala mundial.

Mas convém não esquecer que somos um dos países menos desenvolvidos da União Europeia. Com efeito, nos últimos anos, uma crise económica que, segundo alguns, se transformou em recessão, afectou Portugal, levando a um crescimento negativo da sua economia, traduzida por uma não convergência relativamente à média europeia e por uma descida significativa do seu nível de vida, que da 52.ª posição no *ranking mundial* passou para o 91.º lugar, queda sem paralelo na União Europeia.



Os números revelam que, após duas décadas de adesão à Europa e 50 mil milhões de euros de fundos comunitários, o PIB *per capita* português é agora de 70%, ou seja, encontra-se abaixo dos 75% da média comunitária, quando em 2001 as mesmas estatísticas referiam que o seu PIB *per capita* era de 80,2%.

Há, contudo, ainda outros aspectos positivos que convém salientar. Portugal constitui um dos Estados mais homogêneos do continente europeu, com um só povo, uma só língua, uma só religião. Somos um Estado-Nação antigo e sólido e, como sabemos, é na Nação que reside o próprio fundamento da legitimidade do Estado. Não registamos conflitos fronteiriços e a nossa configuração territorial é praticamente a mesma de há séculos.

Finalmente, e não de somenos importância, importa destacar que o português, graças ao Brasil, é uma das línguas europeias mais expandidas do Mundo, falada por cerca de 200 milhões de lusófonos.

2. Brasil

O Brasil, pela dimensão do seu território - 8,5 milhões de km², o que lhe dá o 5º lugar mundial -; pelo volume da sua população - 188 milhões de habitantes o que o coloca em 5º lugar mundial -; pela importância da sua agricultura e indústria, sem paralelo no hemisfério sul; com um PIB superior a 696 mil milhões de euros, isto é, 4,6 vezes superior ao PIB português; pelo PNB que regista - 8º lugar mundial -, é uma grande potência, uma das 10 principais potências económicas mundiais. Dispõe de tanto espaço como os EUA e produz tanto como os 1 370 mil milhões de chineses.

O Produto Nacional Bruto *per capita* é de 7 800 dólares. No *ranking* de competitividade aproximou-se de Portugal nos últimos anos, ocupando o 46.º lugar da lista. O Índice de



Desenvolvimento Humano da ONU coloca o Brasil entre os países de “alto índice de desenvolvimento humano”, e a esperança de vida à nascença ronda os 74 anos.

O índice de inflação revelou-se inferior a 3% em 2005 e 2006 e o desemprego atinge os 12%, o que parece revelar o bom desempenho da economia brasileira nos últimos anos.

Um país que viu a sua população mais que triplicar nos últimos 50 anos e que conheceu um dos processos de urbanização mais rápidos do Mundo.

Com a sua população concentrada ao longo da costa atlântica, mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, 40% em grandes aglomerações urbanas, quase todas localizadas na faixa litoral.

Um país fortemente industrializado (o sector primário representa apenas 20% da sua população), o que levou à modificação substancial das suas trocas externas, com os produtos industriais a representarem hoje 65% do total das suas exportações.

Um país, assim, que se transformou profundamente nas últimas três décadas, apesar de essa transformação se ter operado de forma selectiva, quer geográfica, quer socialmente.

Por outro lado, o Brasil tornou-se a principal potência do Mercosul, conjunto regional que o Brasil vigorosamente defende contra as tentativas que visam dissolvê-la numa vasta zona intercontinental de livre-comércio, como desejam os EUA.

É certo que o Brasil ainda se debate com certos problemas que ameaçam, a longo prazo, o seu crescimento, nomeadamente as deficiências da máquina do Estado e sobretudo as graves disparidades regionais (São Paulo face ao resto do país) e sociais (10 % dos mais ricos ganham 51 vezes mais do que os mais pobres), embora os governos do presidente Lula da Silva, eleito em 2003, tenham-se notabilizado pelo programa da luta contra a pobreza. Mas



o Brasil, dos países emergentes nesta viragem do século e de milénio, com excepção, porventura, da China, revela-se a potência mais sólida e promissora, graças, entre outros factores:

- à sua vasta reserva de território, o qual em grande parte permanece “aberto”, e susceptível de aproveitamento agrícola - mais de 300 milhões de hectares sem causar impacto ambiental;
- aos recursos do seu sub-solo, que fazem com que, por exemplo, na energia, seja auto-suficiente - petróleo e álcool combustível;
- à sua homogeneidade cultural veiculada por uma cultura e uma língua comum - que o distingue, por exemplo, dos países andinos seus vizinhos, onde parte da população não fala a língua nacional;
- a uma população jovem, dinâmica e instruída, na qual a classe de idade activa, ao contrário da Europa, é largamente produtiva, cujo crescimento não constitui um problema insanável - ao contrário do que acontece em muitos países da América Latina -, e dotada de recursos humanos qualificados, em que tanto os engenheiros como os médicos e os universitários pedem meças aos europeus.

O modelo de desenvolvimento que permitirá ao Brasil mobilizar todos os seus trunfos para se tornar uma grande potência de parte inteira está ainda por definir. Mas no Brasil, como na Europa, reina a convicção de que um grande destino lhe está reservado. A mentalidade pioneira, de fronteira, permanece e continuará, como que a afirmar que, nesta perspectiva, o Brasil ainda é a América que deslumbrou a imaginação dos nossos avós.

A economia brasileira cresceu nos últimos anos sempre acima dos 3% (em 2004, só a China ultrapassou o Brasil na captação de investimentos) e finalmente liquidou a sua dívida externa, reembolsando o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes do prazo estabelecido.



Veremos até que ponto a eleição presidencial e os recentes acontecimentos na Bolívia e Uruguai irão influenciar a sua economia.

3. Portugal e Brasil

É à luz destas realidades que importa ver as nossas relações com o Brasil, o qual, convém sublinhar, precisa menos de Portugal do que Portugal precisa do Brasil.

Portugal constitui uma pequena economia aberta, que continua a depender, em boa parte, da sua capacidade de atracção dos investimentos externos, em ordem a diversificar actividades e reforçar competências, mas que revelou, nos últimos anos, através do sector empresarial, uma significativa capacidade de investimento no estrangeiro, o que permite que o nosso país apresente um elevado padrão de internacionalização.

O investimento português no Brasil subiu extraordinariamente a partir de 1997-1998, representando, então mais de 70% do total dos investimentos feitos no estrangeiro. E se tal valor decresceu nos últimos anos, nem por isso deixou de ser significativo para a economia portuguesa, revelando, até, ao presente, uma ligeira tendência para o crescimento.

A entrada de investimentos directos portugueses no Brasil, nos cinco primeiros meses de 2008, quadruplicou face ao mesmo período de 2007 e totalizou 776 milhões de dólares (497 milhões de euros).

Portugal regista o quinto lugar na lista dos maiores investidores no Brasil, em 2008, abaixo dos EUA, Países Baixos, Espanha e da França.

Porquê esta súbita redescoberta do Brasil, por parte de Portugal, nos últimos anos? Porque o Brasil, face à modernização acelerada de que Portugal foi alvo, por força das exigências



decorrentes da nossa integração europeia, passou a funcionar como vector de compensação da nossa economia, de forma a podermos atenuar o preço da opção europeia e a não ficarmos apenas sob a pressão unívoca do exigente mas irrecusável imperativo europeu da integração, da modernização e da competitividade.

O tempo dirá se esta estratégia do Estado português está correcta e que resultados irá ter. Mas o que importa agora sublinhar é que o Brasil, enquanto pólo económico emergente, perseguindo uma estratégia de inserção na economia global que não decorre de um ajustamento à pressão do seu mercado interno, por força de factores exógenos, não necessita de Portugal enquanto elemento indispensável para actuar na globalização.

Compete, assim, a Portugal - que conjuga uma posição geográfica periférica no contexto europeu com uma posição central no Atlântico, localizando-se no cruzamento dos corredores marítimos e aéreos Norte - Sul, com especial importância para as rotas intercontinentais - desenvolver esforços no sentido de se construir uma verdadeira cooperação/articulação, que saiba harmonizar as políticas económicas nacionais com a complexa inserção global de ambas as economias, no quadro regional que a cada país diz respeito.

Neste contexto, questões relacionadas com os processos de transição democrática e de consolidação de valores e práticas democráticas surgem como fundamentais, dada a conjuntura actual da América do Sul e o recente alargamento a leste da EU. Paralelamente, não podemos desligar os processos de democratização de questões relacionadas com a segurança interna e externa, desde problemas de corrupção e crime organizado, aos problemas de imigração ilegal e ao terrorismo, enquanto ameaças fundamentais à ordem e estabilidade nacionais e regionais, e com impacto no contexto global. A adicionar a estas interrogações, importa analisar a influência dos Estados Unidos em ambos os processos de integração regional, e as consequências da sua política externa, particularmente após o 11 de Setembro de 2001, de cariz mais unilateral e agressivo do que era habitual, olhando a



forma como esta potência afecta ou pode afectar o relacionamento triangular EU-Mercosul-EUA (altruísmo político ou imperialismo encoberto?).

Vejamos alguns dos desafios que se colocam a Portugal e ao Brasil a nível regional.

4. Os desafios do Brasil no contexto da América do Sul e da globalização em geral

O Brasil, ao presente, debate-se com um conjunto de desafios externos, quer de natureza regional, quer de natureza global, que não são de fácil resposta e que passamos a identificar:

- uma multiplicidade de processos de integração regional, sobrepostos parcialmente, marcados por rivalidades políticas e com escassos resultados obtidos até ao momento - o adormecido Mercosul, (a que a Venezuela aderiu em 2006, mas que parece carecer de vontade política para avançar), Comunidade Andina, Comunidade Sul-Americana de Nações (União Sul-Americana das Nações, a UNASUL), a moribunda ALCA, etc.;
- a difícil estabilização da democracia nos países da América do Sul, instrumento indispensável de desenvolvimento económico e participação plena na Política Mundial - crise económica generalizada, populismo e instabilidade socio-política na Venezuela e Bolívia, semi-populismo na Argentina e Equador, guerrilhas no Perú, grupos criminosos armados na Colômbia, etc.; a América Latina, como diz Guy Hermet, ainda não constitui a réplica política dos EUA ou da UE;
- difícil aceitação e afirmação do Brasil enquanto Estado líder, no âmbito da América do Sul, impedindo-o de se abrir directamente para o Pacífico e de estabelecer uma cooperação política e económica mais profunda com os seus vizinhos: a agenda política brasileira, no contexto da América do Sul encontra-se minada ao presente por obstáculos políticos difíceis de ultrapassar (rivalidade da Venezuela,



nacionalização dos hidrocarbonetos e confiscação das refinarias da Petrobrás, na Bolívia), contrariando, paradoxalmente, a política nacionalista do presidente Lula da Silva, que considera como um dos seus eixos fundamentais a promoção da integração sul-americana;

- hesitações e dificuldades, por parte do Brasil, na definição de um parceiro global privilegiado, em função do qual possa definir uma política económica e social mais coerente para se afirmar no plano mundial: EUA, UE ou China - este, a última mas frustrante esperança do Brasil;
- reforço da sua presença em África, muito particularmente em Angola;
- ultrapassar o estatuto de fornecedor de *commodities*, de matérias-primas, de forma a assegurar a venda de produtos transformados;
- ultrapassar a dependência tecnológica e financeira.

Seja como for, o Brasil procura “maximizar as suas vantagens, nomeadamente de grande produtor de produtos agrícolas e de biocarburantes” e encontrar um novo estatuto internacional enquanto país intermediário entre os países desenvolvidos e os países do Sul, assumindo as reivindicações destes últimos, como, por exemplo, na OMC - Organização Mundial de Comércio (Pierre Gentelle).

5. Desafios de Portugal no âmbito da União Europeia e da globalização

Os desafios que se colocam a Portugal no quadro da União Europeia, ao presente, marcados por uma conjuntura económica extremamente difícil, marcada pela forte subida do preço do petróleo têm a ver com a necessidade de:

- reduzir o seu défice orçamental, a despesa pública, condição indispensável para garantir o nosso futuro;
- aumentar substancialmente a sua eficiência empresarial;



- atrair investimento europeu e aumentar o nosso investimento em Espanha e noutros países;
- investir mais na formação de base, na educação, na ciência e tecnologia, a fim de ultrapassar fragilidades estruturais.

Só assim será possível relançar a competitividade, aumentar a sua riqueza, fortalecer a coesão e voltar a aproximar-se dos níveis de crescimento da União Europeia.

No âmbito da globalização importa:

- defender a regulamentação da globalização, de forma a dar-lhe um cariz mais humanista e humanizado;
- contribuir para o reforço de uma ordem internacional multilateral, baseada na manutenção da paz e da segurança internacional;
- internacionalizar a sua economia, quer através da captação de investimentos externos, quer através do reforço de investimentos portugueses na União Europeia, no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP);
- relançar a política de cooperação com o Brasil, com os países da CPLP, e os países de acolhimento das comunidades portuguesas, que devem ser valorizadas a todos os níveis,
- contribuir activamente para a afirmação da língua portuguesa no mundo.

6. Uma agenda política comum luso-brasileira

Os desafios que se colocam ao Brasil e a Portugal não impedem, pelo contrário, o estabelecimento de uma agenda comum aos dois países, tanto mais que ambos partilham a mesma língua, um mesmo universo cultural, os mesmos valores. Uma agenda comum que pode ser constituída em torno dos mais diversos temas:



- os problemas da segurança e a luta contra o terrorismo internacional e o tráfico de drogas e armas;
- o combate contra a desigualdade social, a pobreza e a marginalidade, que passa por uma redistribuição mais eficaz e mais justa da riqueza;
- o combate contra a corrupção, endémica em ambos os países;
- o aprofundamento da democracia, do Estado de direito e dos direitos humanos;
- o desenvolvimento da sociedade de informação, de forma a melhorar as infra-estruturas de comunicação e aproximar as duas sociedades;
- as políticas de desenvolvimento sustentado, sem colocar em perigo o meio ambiente;
- o desenvolvimento da cooperação cultural, científica e tecnológica, que pode revestir as mais diversas formas, mas que deve ter nas universidades e centros de investigação, dois dos seus instrumentos mais privilegiados;
- o estabelecimento de políticas destinadas a humanizar a globalização, de forma a alterar a ordem internacional e contribuir para um mundo multipolar;
- a definição de políticas que incentivem ou apoiem os processos de integração regional e alarguem o diálogo e a cooperação entre a União Europeia e o Mercosul.

No caso concreto de Portugal, tendo em consideração a importância que o Brasil assume quanto ao reforço da nossa posição económica, política e cultural no mundo, importa tomar algumas iniciativas políticas e diplomáticas, nomeadamente:

- apoiar com determinação a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, enquanto membro permanente, em representação simultânea da América Latina, ou da América do Sul (apesar das reticências do México e Argentina) e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e/ou à cabeça de importantes organismos internacionais;
- ajustar as nossas opções políticas e estratégicas fora do quadro da União Europeia com o Brasil, tendo como paradigma as relações da Inglaterra com os Estados Unidos da América;



- tendo em consideração a circunstância de ambos os países serem atlânticos, aprofundar a cooperação quanto à exploração dos recursos marítimos, e apoiar uma maior presença do Brasil no Atlântico Sul, nomeadamente em Angola;
- finalmente, mas de não somenos importância, conceder particular atenção à imigração brasileira no nosso país - que não é afectada por quaisquer problemas de integração na nossa sociedade -, facilitando a regularização documental dos cidadãos brasileiros existentes em Portugal, assim como a concessão de vistos de trabalho e residência; e criando mecanismos de integração que evitem a exploração económica e a exclusão social geradora de conflitos, marginalidade e criminalidade, através da celebração de um acordo com o Brasil, anual ou bianualmente actualizado.

Conclusão

No âmbito de uma economia mundial globalizada, Portugal e o Brasil podem desenvolver uma estratégia mútua de cooperação, que transcenda o quadro de aproximação e relacionamento (inquestionável) entre o Mercosul e a União Europeia, de forma a darem um novo sentido às relações luso-brasileiras e a ultrapassarem definitivamente as simples e episódicas relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância que as caracterizaram durante largas décadas.

Uma estratégia comum de aprofundamento das relações entre os dois países, baseada no princípio da reciprocidade e no bem comum dos seus povos, que passa obrigatoriamente pelos respectivos governos, mas que passa igualmente, para além do mundo empresarial, pelas universidades e centros de investigação portugueses e brasileiros, instituições que têm uma palavra fundamental a dizer quanto à definição das áreas de cooperação prioritárias e que compete aos responsáveis políticos de ambos os países incentivar e acarinhar.



Portugal e o Brasil poderão constituir uma ponte essencial para a institucionalização de um diálogo mais aberto e mais fecundo entre a América do Sul e a União Europeia, mas paralelamente, devem aprofundar e consolidar as mais intensas relações económicas, sociais e culturais que Portugal jamais registou com qualquer outro país ao longo da sua história, tendo em atenção, no plano económico, a importância do investimento português no Brasil e o reforço do investimento brasileiro em Portugal; no plano social, a dimensão desse novo fenómeno que dá pelo nome de emigração brasileira para Portugal, nova face das migrações que durante séculos se desenvolveram em sentido contrário; e no plano científico e cultural, a cooperação universitária que está a desenvolver-se, mas que tem de ser intensificada, quer para os investigadores, quer para docentes e alunos.

Só assim é que o Brasil e Portugal, tendo como pano de fundo o Atlântico, onde ambos os países se uniram e nele continuam, física e simbolicamente, pelo território, pela história, pela cultura, pela língua e pelos espaços regionais em que se inserem, poderão reencontrar-se de novo, e hoje, mais do que ontem, marcarem de forma determinada e determinante o sistema internacional.



Bibliografia

- ARAÚJO, Braz (coord.) - *Estratégia no novo cenário mundial*. São Paulo: NAIPPE/USP, 1996.
- CASTELLS, Manuel - *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002-2003. 3 volumes.
- CERVO, Amado Luiz – *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: UnB, 1994.
- CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang (org.) – *Relações Internacionais dos países americanos. Vertentes da História*. Brasília: UnB, 1994.
- CHACON, Vamireh - *O futuro político da lusofonia*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 2002.
- CHAGNOLLAUD, Jean-Paul - *Relations internationales contemporains. Um monde en perte de repères*. 2ª ed. Paris, 1999.
- COSTA, Darc (coord.) - *Estudos estratégicos*. N.º 2. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, 2002.
- DEFARGES, Philippe Moreau (Dir.) - *RAMSES 2006, 60 ans après la guerre, les grandes tendances mondiales*. Paris: DUNOD, 2005.
- FREIRE, Maria Raquel (Coord.) - *Desafios da democratização no mundo global. / The challenges to democratisation in a global world* (edição bilingue). Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2004.
- GENTELLE, Pierre (Dir. de) - *Géopolitique du monde contemporain. États, continents, puissances*. Paris: Nathan, 2008.
- GUIMARÃES, Samuel – *Cinco siglos de periferia. Uma contribución al estudio de la política internacional*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005.
- GUIMARÃES, Samuel - *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KNOPFLI, Francisco (coord. de) – *As políticas exteriores de Brasil e Portugal. Visões comparadas*. Lisboa: ISCP, 2004.
- LANDES, David S. - *The Wealth and Poverty of Nations . Why Some are so Rich and some so Poor*. New York/London: W.W. Norton & Company, 1998.



O'MEARA, Patrick (Ed.); MEHLINGER, Howard D. (Ed.); KRAIN, Matthew (Ed.); *et al.* - *GLOBALIZATION and the challenges of a new century*. Bloomington / Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) - *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.

SARAIVA, José Flávio (org.) - *CPLP: Comunidade dos países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI, 2001.

SOUSA, Fernando - "A democracia, face política da globalização?", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 49, n.1, Brasília 2006.

SOUSA, Fernando - "Portugal e a União Europeia" in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 43.º, n.º 2, Brasília, 2000.

SOUSA, Fernando - "Portugal, Brasil e União Europeia", in *Mundo Latino e Globalização*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2004.

SOUSA, Fernando (Dir.) - *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2005 (2.ª edição em 2008).

WEFFORT, Francisco - *Formação do pensamento político brasileiro. Idéias e personalidades*. São Paulo: Ática, 2006.